

Em entrevista ao Observatório da Educação, a professora Eliane Ribeiro, da UNIRIO, falou sobre a transferência da execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) para o Ministério da Educação (MEC). Para ela, a mudança pode fortalecer os processos de escolarização, mas é preciso avançar na visão do jovem como sujeito integral, de modo que outras dimensões como trabalho e cultura tenham importância na execução da política.

### **Observatório da Educação – Que avaliação faz do ProJovem e o que pensa sobre a transição?**

**Eliane Ribeiro** – O ProJovem cumpre papel importante na medida em que colocou para a sociedade a questão da juventude, nessa articulação juventude, trabalho e educação. Quando o ProJovem surge, é o primeiro grande programa de juventude, junto com a SNJ e o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve). As pesquisas mostram que é o programa mais conhecido. E ele cumpre o papel de dar visibilidade ao segmento juvenil, à juventude pobre.

Já os problemas são próximos aos que a Educação de Jovens e Adultos como um todo carrega, de permanência e evasão, por exemplo. A escolaridade é importante para a juventude, mas tem centralidade relativa. Na medida em que jovens demandam outras questões, como trabalho e família, secundarizam a educação. Isso não é algo do ProJovem, mas de todos os programas de EJA.

Como ele ficou marcado pela escolarização, o mais natural é ir para o MEC. Isso é mais lógico, porque acabou centrando muito na questão da educação. O maior problema do ProJovem, mas é um problema de todos os programas dessa natureza, é conseguir avançar na articulação e intersetorialidade, em ver o jovem integralmente. Esse é o desafio. Indo para o MEC ganha maior institucionalidade, é importante, mas precisa avançar na visão da juventude como sujeito integral, em que a escolaridade seja considerada importante assim como outras dimensões, como trabalho, cultura e saúde, por exemplo. É muito difícil cumprir isso, os programas conseguirem efetivamente construir essa articulação, vendo jovem como um todo. Não é questão do ProJovem, mas de modo geral. É um programa que procura tratar o jovem como jovem que necessita e demanda outras questões para além da escolarização.

### **Observatório da Educação – E o que muda em relação a essa questão central da articulação com a transferência da execução do programa para o MEC?**

**Eliane** – A gente espera que o MEC assuma isso, que realmente aponte para isso. Está dentro da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), uma secretaria voltada para pensar essa integralidade, o sujeito integralmente, as possibilidades. Temos esperança que isso aconteça.

A articulação é importante, mas todos esses programas têm que prever a geração de redes, porque são jovens com redes precárias de oportunidade. O programa fica muitas vezes isolado

numa escola, em um território. E isso também não é característica só do ProJovem, é recorrente, os programas ficam isolados, o menino é isolado. Se você perguntar, para um jovem, quem o ajudou a arrumar emprego, a resposta será o vizinho ou família. Não sai disso, não se insere em outras redes. O desafio é geração de redes, inserir isso nos programas. Essa população tem redes precárias, é muito diferente da juventude de classe média, que apesar de viver num tempo de tensão em relação a trabalho e escola, tem possibilidades de redes mais ricas, a bagagem apresenta mais oportunidades.

No ProJovem, os jovens querem oportunidade, falam isso. O Estado tem que construir essa possibilidade de geração de redes, é bacana para pensar a articulação entre trabalho e educação. É importante, mas pode não dar em nada. Tem que gerar oportunidade, que o jovem possa sair do mundinho, senão vai continuar trabalhando só quando o vizinho chama para subir uma laje.

**Observatório da Educação – Outro ponto é a relação com as prefeituras, a quem cabe a implementação do programa. O que muda com a ida para o MEC?**

**Eliane** – O MEC tem capilaridade maior, talvez possa ampliar. Mas que amplie com qualidade. O programa é complexo, necessita de acompanhamento, tem que ter cuidado. Não adianta pegar e passar para todo mundo. Não existe um ProJovem, ele é aquilo que cada prefeitura faz com ele. Joga-se a semente, a depender do solo acontece ou não. São muitos Projovens, há mudanças e diferenças muito grandes entre um e outro. Concebe-se o programa no âmbito federal, mas é uma história em cada lugar, depende da configuração que existe no lugar, se tem tradição na EJA, ou seja, não é fácil. É programa complexo, necessita de boa formação no campo da juventude, que é algo novo para muitos gestores, de muitos municípios e estados.